

HISTÓRIA E MEMÓRIA: AS INTERFACES DE UMA MESMA FACE EM MOTTA COQUEIRO OU A PENA DE MORTE

HISTORY AND MEMORY: THE INTERFACES OF A SAME FACE IN MOTTA COQUEIRO OR THE DEATH PENALTY

Marcos Teixeira de Souza¹

Resumo: *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, escrito em 1877 por José do Patrocínio, rememora o caso real do último enforcamento no Brasil, o do fazendeiro Motta Coqueiro, suposto mandante de um violento crime ocorrido no norte fluminense em 1852, controverso até a presente data, contra uma família de agregados, que vivia nas terras do citado fazendeiro. Este artigo discute algumas relações entre história e memória neste romance de Patrocínio.

Palavras-chave: José do Patrocínio. Romance. História. Memória. Motta Coqueiro.

Abstract: *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, written in 1877, by José do Patrocínio recalls the last hanging in Brazil. The real case of the farmer Motta Coqueiro, who was alleged to have ordered the murder of a family that lived on his land, occurred in 1852, in northern Rio de Janeiro State, and remains questionable until nowadays. This paper debates some relations between history and memory in this Patrocínio's novel.

Keywords: José do Patrocínio. Novel. History. Memory.

Um caso real enredado entre a memória e a história

O romance *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, escrito em 1877, por um dos maiores abolicionistas e jornalistas do século XIX, traz à tona a história de Motta Coqueiro, influente fazendeiro do norte-fluminense que é acusado pelo bárbaro homicídio, com requintes de crueldade, contra uma família de agregados que vivia em suas terras. A família de agregados, formada por Francisco Benedito, sua esposa e três filhas moças, o filho moço Juca e mais duas crianças, viera de outras terras, e, num primeiro momento, conquista a simpatia da família de Coqueiro, excetuando somente o vício de Francisco Benedito pela bebida. No enredo, as três filhas do casal de agregados – Antonica, Mariquinhas e Chiquinhas – despertaram, por serem lindas, a atenção masculina da localidade, sobretudo o interesse de três homens – Oliveira Viana, Manuel João e Sebastião, os quais, ao longo do romance, procurarão, cada um a seu modo, conquistar uma das filhas do agregado. Dentre os três

¹ Doutor em Sociologia (IUPERJ/UCAM); Mestre em Letras e Ciências Humanas (Unigranrio); Especialista em Gestão Estratégica de Recursos Humanos (UFRRJ); Graduado em Empreendedorismo e Inovação (UFF); Graduado e Licenciado em Letras Português - Francês (UFRJ). Atualmente é Analista de Recursos Humanos - Divisão de Gestão do Trabalho (INCA); e docente da Universidade Estácio de Sá (UNESA). E-mail: prof1marcos@hotmail.com

referidos rapazes, um deles se destaca na narrativa de Patrocínio: Manuel João, que questionava a si mesmo, por ser mestiço, a respeito da possibilidade de uma moça branca, como Mariquinhas, desejá-lo. No íntimo, Manuel João desconfiava de uma suposta afronta de Motta Coqueiro contra a virgindade da moça.

Esta suspeita é também alimentada pelos dois companheiros de Manuel João, que vêm muita liberdade entre as filhas do agregado com o fazendeiro, que em sua propriedade mantinha escravos. Uma das escravas, chamada Balbina, é singular no romance. Após ser expulsa da Casa grande, onde cuidava do filho do patrão, e ser lançada à senzala e ao trabalho no eito, esta se torna uma pessoa consciente, na própria pele, da aflição e condição imposta à etnia negra, sendo uma voz dissonante diante do *status quo* colonial. O trágico assassinato da família de agregados e suspeita da autoria de Motta Coqueiro e de outras personagens, entre elas, a esposa de Coqueiro, que desconfia da fidelidade do marido, cria uma atenção propícia ao romance, além de outras tensões secundárias ao longo da obra.

O fim trágico do fazendeiro Motta Coqueiro era um assunto que desde a infância Patrocínio costumara ouvir. Era um fato popular. Segundo matéria da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, edições 428 e 429 (2005:299), sobre a tragédia em Macabu: “O caso tendeu para quase uma lenda”.

Publicado no folhetim *Gazeta de Notícias*, José do Patrocínio inicia, assim, sua carreira como romancista, embora neste folhetim e na posteridade seu nome esteja mais ligado à luta abolicionista, como uma das principais figuras desta campanha.

História e Memória: olhares patrocínianos

O acontecimento envolto à pena de morte para Motta Coqueiro destoava, em muito, do *status quo*. Era, portanto, um fato que extrapolava, diga-se passagem, a barreira do comum, e engendraria uma memória coletiva. Um homem branco, rico, fazendeiro, influente na política local, de muitas posses, possuidor de respeitabilidade ou temor local, entre outras características, que era, uma vez considerado o suposto mandante de um crime horrendo, prestes à condenação, sob a pena de morrer numa forca, em praça pública, contrariava em todos os sentidos o cotidiano. O enforcamento de Motta Coqueiro causa muita estranheza na sociedade fluminense e brasileira. Há, normalmente, toda uma estrutura social, jurídica, política, econômica e cultural montada para salvaguardar a vida e os interesses de uma elite branca no Brasil do século XIX. A forca, como escreve Magalhães Junior (1969, p.48), “no

Brasil, era reservada quase exclusivamente a sediciosos, como Tiradentes, e a escravos que atentavam contra senhores ou contra feitores”. Era, portanto, um fato histórico, e, não menos, um fato memorável.

Fazia-se ali em Macaé, mais especificamente na praça em se instalara o patíbulo, um lugar de memória, que, aliás, teria ainda mais projeção devido à pequenez e ao cotidiano pacato da cidade.

Analisando os três critérios/elementos constitutivos da memória, segundo Pollak (1992), percebe-se que estes se encontram no cenário, delineando e avultando o fato a se tornar memorável. O acontecimento incomum e extraordinário, no sentido literal da palavra, por si só, já era capaz de criar uma memória. Contraria os dilemas de cor e classe social, uma das bases da sociedade brasileira, o que, impõe um sentido de extraordinário.

O lugar colabora para fomentar esta memória. Ou melhor, a forma como Patrocínio descreve o lugar, ao caracterizar a cidade: “Macaé, pequena cidade do litoral da província do Rio de Janeiro, não conhece a vida ativa e estrepitosa das grandes cidades populosas” (PATROCÍNIO, 1977, p. 23). Patrocínio delimita os contrastes entre Macaé – cidade que viria a ser um lugar de Memória - e as cidades populosas: cidade pequena *versus* cidades populosas, vida inativa *versus* vida ativa. A expressão *vida inativa* não aparece no texto, mas é possível perfeitamente depreendê-la nas entrelinhas do texto. Estes contrastes, que são metaforizados na relação entre Macaé e o mar, insinuam que algo de fora, ou seja, algo que engendre brusca mudança abalaria a cidade calma, tornando a pacata Macaé, identificada pela calmaria, uma agitação não outrora vista, e penetrando assim na memória da sua população.

O acontecimento da pena capital imposta a Motta Coqueiro mobiliza a passagem da inatividade e a tranqüilidade da cidade de Macaé, em contraste com a movimentação intensa das vagas do oceano, para a atividade, e esta atividade inesperada, impensada socialmente e conquistada (fica no texto este sentimento) pelo povo macaense, que se via na obrigação de fazer uma reparação a um horrendo assassinato, referenda o povo como o protagonista nesta memória a ser constituída. Ou seja, é um povo que, frente a um fato memorável e histórico, age sobre este, ocupando, por conseguinte, um papel singular nesta Memória e na História.

O povo macaense se sente parte desta História e desta Memória, ocupa as ruas, as praças, debate o caso, exige uma pena exemplar, etc. porque não se trata só do enforcamento de Coqueiro, mas de uma ação coletiva (do somatório dos membros de um grupo social) diante de uma ameaça social. Assim, toda a Macaé incorpora a noção de um lugar de

memória, pois neste lugar o povo se agita, se movimenta diante de um fato que perturbou a tranquilidade da cidade. A cidade se transforma num lugar de epopéia, de combate

Os três critérios/elementos constitutivos da memória proposto por Pollak (1992) atuam em conjunto, misturam-se a ponto de ficar claro que, motivado por um quadro descritivo em que se via o povo como um suposto agente de mudança social apto a fazer responder à barbárie do massacre em Macabu. A cidade de Macaé, sabedora da extraordinariedade do evento, abandona a calma para testemunhar um clima de luta, de batalha em prol da defesa da população ante a um horrendo assassino:

Essa atividade insólita denunciava que toda aquela gente reunia-se para assistir a alguma cena extraordinária, algum desses acontecimentos memoráveis que se gravam indelevelmente na memória dos povos, desinteressada arquivista dos fatos que mais tarde terão de ser julgados pela imparcialidade da história. (PATROCÍNIO, 1977, p. 23)

A trama ganha ares de epopéia, em que se duelam a honra de uma cidade inteira, que precisa reparar um crime, contra um assassino considerado impiedoso, monstruoso, o que leva o narrador a definir como um desses acontecimentos que se gravam indelevelmente na memória dos povos, isto é, próprio de um evento com ares de uma epopéia. O que lhe tira a completude de um caráter de epopéia seja talvez a figura proeminente de um herói que encabece a luta. Há na trama tão-somente ou principalmente um grupo social coeso, amparado por instituições sociais, contra Motta Coqueiro, que somando os apelos e esforços notabilizam a vitória.

A oralidade se caracteriza como uma marca muito forte na formação e propagação da memória. É por meio dela que uma geração de macaense que maldiz Motta Coqueiro guarda a memória coletiva local e a transmite às gerações vindouras, caracterizando-se, por conseguinte, num patrimônio imaterial de suma importância na construção da identidade local, que atua na memória e na vida dos membros da sociedade. Esta memória local, formada e transmitida por meio da oralidade, difunde-se, sobretudo, neste caso, no seio familiar:

Diante da horrorosa construção, a memória popular avivava recordações de outros tempos, ouvidas em serões de família aos pais já finados.
- Ainda hoje isto é bom. Contava-me meu pai, que ouviu ao meu avô, que, no tempo de D. João VI, primeiro o carrasco desmunhecava com um golpe as mãos do padecente e só depois é que ele era levado à forca. (PATROCÍNIO, 1977, p. 29)

Em face desta dinâmica da memória local macaense, muitas vezes formada e transmitida via oralidade, a memória coletiva está sujeita a transferências, projeções. Algumas

particularidades ligadas a determinados eventos podem sofrer nuanças em relação aos lugares, personagens e aos próprios eventos. Neste sentido, a história (ou memória) que um pai conta pode não ser necessária a que outro pai paraense conta, porque na narrativa entram valores subjetivos, relevâncias que variam de pessoa para pessoa, ou seja, projeções e transferências que se situam no envolvimento particular com a memória local. Deve-se ter em mente que a homogeneidade na memória coletiva de um povo constitui-se irreal.

Neste sentido, trazida à tona no primeiro romance de Patrocínio, a memória aparece como um valor secundário à História. A memória concentra-se no povo e para o povo, entranha-se de geração em geração do/no povo; enquanto que a História parece ser vista e considerada como Ciência, como atividade de um intelectual, de um pesquisador, que perscruta documentos, colhe informações, revira dados, e objetivamente apresenta um resultado histórico, ou, em outras palavras, um resultado científico.

Definida como a *desinteressada arquivista dos fatos*, a memória dos povos não se sustenta de veracidade, de objetividade, de cientificidade. Já demonstrado em Bosi (2006:169), o Positivismo penetrava na intelectualidade brasileira, e começava a cadenciar um movimento de progresso, de vanguarda. Parte desta idéia de progresso se manifestava no ideário de se escrever uma nova História brasileira, em que os erros políticos, culturais, econômicos, etc. fossem expostos. E dentre estes erros crônicos, estavam o arcaísmo que dominavam as instituições sociais e políticas provincianas, a forma suja de fazer politicagem, o jogo de interesses presentes entre as oligarquias municipais, o entorpecimento do povo diante da justiça falha, a ausência de discussões mais aprofundadas acerca da estrutura social vigente. E estes erros crônicos poderiam ser vistos sob um ângulo da Memória ou da História.

A diferenciação e o duelo entre Memória e História não é nova. Segundo Le Goff (1990):

Mas entre os Gregos, da mesma forma que a memória escrita se vem acrescentar à memória oral, transformando-a, a história vem substituir a memória coletiva, transformando-a, mas sem a destruir. Divinização e, depois, laicização da memória, nascimento da mnemotécnica. (LE GOFF, 1990, p. 437)

A relação íntima do povo grego com a Memória demonstra um pouco desta luta entre a própria Memória e a História. Na Mitologia grega, a Memória era uma deusa, a *Mnemosine*, filha de *Urano* (o Céu) com *Gaia* (a Terra). Conta a Mitologia que *Zeus* deitou-se com *Mnemosine* por nove noites, resultando deste relacionamento o nascimento de nove musas, que eram entidades mitológicas com capacidade de inspirar os homens quanto à criação

artística e científica. Dentre as nove filhas de *Mnemosine*, há uma denominada *Clio*, que era considerada a musa da História e da criatividade, aquela que enuncia os grandes feitos dos homens. Percebe-se assim que *Clio* está abaixo da *Mnemosine*, ou seja, que a Memória, naquele momento em que os gregos recorriam à mitologia para explicar sua cosmovisão, tinha uma importância maior do que a História. Esta predileção pela Memória, em detrimento da História, se vê com mais propriedade em que Le Goff (1990) escreve, falando sobre a ação da *Mnemosine* na sociedade arcaica grega:

Lembra aos homens a recordação dos heróis e dos seus altos feitos, preside a poesia lírica. O poeta é pois um homem possuído pela memória, o aedo é um adivinho do passado, como o adivinho do futuro. E a testemunha inspirada dos "tempos antigos", da idade heróica e, por isso, da idade das origens. (LE GOFF, 1990, p. 438)

Neste período, o poeta, portador da memória dos grandes acontecimentos ligados a seu povo, e inspirado por *Mnemosine*, descreve, ou melhor, recita a História de seu povo, sendo assim o poeta tem o seu lugar entre os "mestres da verdade" (LE GOFF, 1990, p. 438). O poeta, embora tenha uma feição de um historiador, não historiciza os grandes fatos, ele é apenas o receptor, o revelador, mediante a ação de *Mnemosine*, dos acontecimentos que serão narrados ou recitados. Ainda que a *Clio* fosse a inspiradora do homem para capacitá-lo para historicizar, era a *Mnemosine* que dominava neste período.

Passada esta fase da divinização da Memória entre os gregos, tem-se a fase da laicização da Memória. De acordo com Le Goff (1990), Aristóteles, Simônides de Céos, entre outros pensadores gregos, tiveram influência na dessacralização da memória. Além disso, apoiando-se em Vernant (1965, p.61), Le Goff (1990), comunga do pensamento de que a retirada da memória do plano da Cosmologia para o da Escatologia, ou seja, da saída da Memória do plano mítico (ou espiritual) para o plano temporal, este marcado pelo homem, permitiu que a Memória tivesse uma dessacralização decisiva. Ainda Le Goff (1990:440) acredita que a *laicização da memória combinada com a invenção da escrita permite à Grécia criar novas técnicas de memória: a mnemotecnia.*

Na Grécia, e principalmente fora dela, com o passar dos séculos, por meio do desenvolvimento da escrita (retórica, técnicas de narração, etc.), do acúmulo de conhecimentos gerados na Idade Média, com a Renascença e o Humanismo como âncoras da sociedade na Idade Moderna, bem como o Iluminismo do século XVIII, e o Cientificismo do século XIX, promoveram passo a passo para que a Memória cedesse lugar à História, escrita e cientificizada. A *Clio*, ou melhor, a História, entendida como trabalho intelectual e técnico,

passa a dominar o homem, no tocante ao registro dos acontecimentos. É uma das características fundamentais desta forma de narrar os acontecimentos é a isenção (ou a tentativa) humana e divina sobre o fato histórico pesquisado. Compreensível assim Patrocínio afirmar que *fatos que mais tarde terão de ser julgados pela imparcialidade da história* (PATROCÍNIO, 1977, p. 23).

Almejando ficcional ou realmente a verdade sobre a culpa ou inocência de Motta Coqueiro no romance, ao confrontar Memória e História, Patrocínio deixa a entender que a memória do povo macaense sobre a tragédia estava embebida de manipulação, por parte da imprensa, de algumas instituições sociais e políticas, e, sobretudo, pelo ambiente emocional no qual estava mergulhada a população, e, por isso, Patrocínio cria que o povo não se achava em condições de apresentar, com exatidão, uma memória ou história condizente com a verdade dos fatos. A História, com seu trabalho minucioso sobre as fontes escritas, deveria colher a verdade sobre o caso em que envolvia Motta Coqueiro. Esta é uma visão de História que se vê no século XIX, mas que atravessa também o século XX.

Tinoco (1966), o autor de *Mota Coqueiro – A grande incógnita*, que era macaense, assim como Patrocínio, desde a infância crescera ouvindo a respeito de Motta Coqueiro. O que Tinoco sabia sobre Motta Coqueiro e a sina funesta deste provinham da memória popular circulante em Macaé, em Campos e em adjacências sobre a tragédia que, quando Tinoco (1966) predispõe-se a pesquisar, já compreendia uma distância temporal de mais de cem anos entre o fato e o escrito:

Ouvindo, desde a nossa primeira infância, os mais contraditórios comentários em torno de um dos mais ruidosos dramas em terras do Brasil – Mota Coqueiro – pelo correr da existência, sem que tivéssemos a preocupação de conhecê-lo de perto, tivemos, com a maior freqüência, uma tão copiosa crônica a seu respeito que, num dado momento, fomos impelido a estudá-lo mais atentamente, tão desencontradas nos pareceram as múltiplas opiniões. (TINOCO, 1966, p. 13)

Tinoco, assim, ao escrever sua obra *Mota Coqueiro – A grande Incógnita* (1966), refuta a memória popular, cômico de que esta é insuficiente para explicar o fato histórico. Diante desta insuficiência da memória para dar conta do fato histórico, como acredita Tinoco (1966), ele averigua fontes históricas, e descobre “tanta coisa interessante encontramos sobre Macaé” (1966, p.14). Tal descoberta leva à dúvida se deveria enveredar sobre o caso de Motta Coqueiro ou fazer um livro sobre a História de Macaé, incluindo nesta um capítulo sobre o caso Motta Coqueiro. A opção de Tinoco (1966) foi a de escrever dois livros:

Entregamos à publicidade os dois livros que, se não têm a pretensão de obras definitivas, trazem, contudo, o desejo de constituírem subsídios para o historiador de amanhã, que encontrará a tarefa facilitada por pesquisas todas orientadas, acima de tudo, por uma ânsia ardente de verdade, para que os episódios possam aparecer em toda a sua eloquência, em toda a sua frieza. (TINOCO, 1966, p. 15)

O mesmo sentimento ou crença parece ter Godofredo Tinoco que, em sua obra, ao discorrer sobre a sina de Motta Coqueiro, defende a História como julgadora capaz dos fatos. Para Tinoco (1966), a História pode trazer à tona a verdade sobre o caso Motta Coqueiro. Este pensamento de Tinoco (1966) advém de uma herança positivista na intelectualidade brasileira, que sucumbe com os estudos na Europa, notadamente na França, sobre Historiografia e Memória. José D'Assunção Barros, em *O campo da História – Especialidades e Abordagens* (2010), nos seus sugestivos títulos do primeiro e segundo capítulo, respectivamente *Clio despedaçada* e *Os lotes da História*, acredita que a Historiografia do século XX se encontra mergulhada em um mar de sem-fim de possibilidades de especificidades e abordagens. Assim, no primeiro capítulo de sua obra, ele afirma:

Uma crescente característica da historiografia moderna é que ela tem passado a ver a si mesma – de maneira cada vez mais explícita e autorreferenciada – como um campo fragmentado, compartimentado, partilhado em uma grande gama de sub-especialidades e atravessando por muitas e muitas tendências. Fala-se hoje em muitos tipos de “história”, quando a historiografia profissional do início do século XIX os historiadores tinham uma idéia bem mais homogênea do seu ofício. (BARROS, 2010, p. 09)

Não só Barros (2010), mas em muitos estudiosos da Historiografia e da Memória, a lição que estes têm deixado (e vêm deixando) é que tanto em um campo quanto em outro não se tem uma atividade simplória, ou seja, que historicizar ou rememorar um fato importante não significa abrir mão de uma neutralidade, mas fazer opções metodológicas.

Considerações finais

É oportuno observar que história e memória são ferramentas que se entrecruzam na construção de um enredo. Neste romance, Patrocínio parece valer-se bem em articular história e memória como elementos que, ao longo do seu texto, vão promover uma leitura que captura a atenção do leitor para o enredo. O caminho que traça Patrocínio neste romance perfila história e memória não como paradoxos, mas como complementares, a serviço de uma trama.

Referências bibliográficas

- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- PATROCÍNIO, José do. *Motta Coqueiro ou a pena de morte*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/SEEC, 1977.
- POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas. v.2, nº 3, 1989. p. 3-15.
- _____. *Memória e Identidade Social*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas. vol. 5. nº 10, 1992. p. 200 a 215.
- TINOCO, Godofredo. *Mota Coqueiro, a Grande Incógnita*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.

Artigo recebido em: 05/06/17
Artigo aceito em: 22/07/17